

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2012, reuniu-se o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
2 Francisco - CBHSF, na Casa de Aposentadoria localizada na Praça Barão de Penedo, nº 19, em Penedo/AL
3 para abertura solene da XXII Reunião Plenária Ordinária. Participaram os membros titulares e suplentes do
4 CBHSF, convidados e autoridades. O evento teve início mediante saudações a todos os presentes. Após
5 breves explanações sobre a história do município de Penedo e origem do CBHSF, o presidente do CBHSF, Sr.
6 Anivaldo de Miranda Pinto foi convidado à frente para fazer a abertura da solenidade e proceder à composição
7 da mesa. Na sequência são convidados a compor a mesa o representante da Ministra do Meio Ambiente, o Sr.
8 Pedro Wilson Guimarães, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU; o representante do
9 governador de Alagoas, o Sr. Luís Napoleão Casado Arnaud Neto, Secretário de Meio Ambiente do Estado de
10 Alagoas; o representante do governador de Sergipe, o Sr. Genival Nunes, Secretário de Recursos Hídricos de
11 Sergipe; o representante dos prefeitos do Baixo São Francisco, o Sr. Dalmo Santana Júnior, Prefeito de
12 Piaçabuçu; o representante do Ministério Público de Alagoas, o Sr. Alberto Fonseca; o representante dos povos
13 quilombolas e Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco, o Sr. Cláudio Pereira; o
14 representante dos Povos indígenas, o Sr. Francisco de Assis - Dipeta Tuxá, o representante dos pescadores, o
15 Sr. Toinho. Na sequência, o Sr. Anivaldo Miranda cumprimenta a todos, dando-lhes as boas vindas e em
16 seguida declara oficialmente aberta a XXII Plenária Ordinária do CBHSF. Após a execução do Hino Nacional,
17 em tempo, são registradas as seguintes presenças: Sr. Sérgio Soares, Agência Nacional de Águas - ANA, Sr.
18 Renato Ferreira, Diretor do Departamento de Revitalização de Bacias - Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sr.
19 Antônio Calazans Reis Miranda - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU (MMA); Sr.
20 Francisco Campello - MMA; Sr. Tarcísio Nunes - MMA; Sr. Célio Costa Pinto - IBAMA/BA; Sr. Mário Talarico -
21 IBAMA/MG; Sr. Luiz Alberto Nogueira, Superintendente Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales
22 do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF/AL, Sr. Athadeu Ferreira da Silva - Companhia de Desenvolvimento
23 dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, Sra. Luciana Khoury - Ministério Público da Bahia, Sr.
24 José Maurício Dias - Fundação Nacional das Artes/FUNARTE - Ministério da Cultura, Sra. Lauzane Ferreira -
25 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN - Ministério da Cultura, Sr. Marco Aurélio,
26 Universidade Federal de Alagoas. Em seguida, o Sr. Napoleão Casado, representante do Governador de
27 Alagoas, justifica a ausência do mesmo e se diz muito orgulhoso e honrado, assim como os Penedenses, de
28 que seja Alagoas o estado a receber a plenária do CBHSF e acrescenta que seu desejo é de que as discussões
29 e trabalhos deste encontro sejam implementados o quanto antes em prol do Rio São Francisco. Continuando
30 sua fala, o Sr. Napoleão Casado diz que o Estado está vivendo a maior seca dos últimos anos, mas, ao mesmo
31 tempo, se pode comemorar o fato de se reunir vários segmentos e autoridades com objetivo de discutir e definir
32 propostas e soluções direcionadas à preservação do rio e desenvolvimento sustentável das regiões ribeirinhas.
33 O Sr. Napoleão Casado se dirige ao Sr. Pedro Wilson e o agradece pelos esforços do Ministério do Meio
34 Ambiente quanto às iniciativas junto ao governo de Alagoas, voltadas à melhoria de vida das comunidades
35 rurais e urbanas e manifesta-se muito feliz por ser o Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente de
36 Alagoas quem ocupa o cargo da presidência do CBHSF, e que se sente satisfeito por ter a AGB Peixe Vivo
37 como Secretaria Executiva do CBHSF. O Sr. Napoleão Casado refere-se ainda aos trabalhos da "V Oficina de
38 Acompanhamento do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas", realizado pelo MMA no município, e
39 diz ter a certeza que o resultado dessa oficina, juntamente com os trabalhos da plenária nos dois dias que se
40 seguem, poderá acarretar decisões muito importantes, e dirigindo-se aos técnicos presentes, diz que todas as
41 atividades relacionadas aos projetos para a Bacia Hidrográfica do rio São Francisco dependem da contribuição
42 de todas as secretarias estaduais de Meio Ambiente. Diz ainda que o Estado de Alagoas quer estar cada vez
43 mais próximo do CBHSF e que as portas da Secretaria de Meio Ambiente de Alagoas estão abertas a este
44 colegiado. Faz um apelo que se olhe mais para o Baixo São Francisco, pois, as populações e os municípios
45 estão crescendo e assim é necessário andar na mesma velocidade desse crescimento, para que no futuro não
46 seja mais necessário implementar ações corretivas. Para finalizar, informa que a Secretaria de Meio Ambiente
47 do Estado de Alagoas se coloca à disposição e na obrigação, tanto quanto todos os presentes, na promoção da
48 qualidade de vida, por exemplo, com ações de melhorias na pesca, podendo assim, dar condições a um
49 crescimento sustentável numa convivência pacífica com o rio São Francisco, agradece e deseja a todos um
50 bom trabalho. Em seguida com a palavra, o Sr. Genival Nunes cumprimenta a todos e diz que as pessoas ali
51 reunidas têm todas o mesmo objetivo: o pensamento voltado para as águas do rio São Francisco. Faz
52 referência ao prêmio promovido pela Agência Nacional de Águas - ANA, onde o estado de Sergipe concorre
53 com Minas Gerais e Rio de Janeiro, e acrescenta que não sabe quem será vencedor, mas isto significa que a
54 Política Estadual de Recursos Hídricos está sendo valorizada, e tal valorização também ocorre com os Comitês
55 de Bacia Hidrográfica, transformando-os em plenárias democráticas do exercício pleno de poder do povo frente

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

56 à execução de ações de Estado. Em seguida agradece pelo convite, desejando uma boa plenária. Após
57 pronunciamento das demais autoridades, o presidente do CBHSF realiza um breve discurso e encerra a
58 solenidade de Abertura da XXII Plenária Ordinária do CBHSF. Aos vinte e oito dias do mês de novembro de
59 2012, as 8h00, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco,
60 para a continuação dos trabalhos da XXII Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes membros**
61 **titulares:** Dóris Aparecida Garisto Lins, Associação das Empresas Municipais de Água e Esgoto - ASSEMAE;
62 Júlio César Rocha Mota, EMBASA; Valeska Cavalcante da Costa, Companhia de Saneamento de Alagoas -
63 CASAL; Carlos Fernandes de Melo Neto, Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO; Patrícia Helena
64 Gambogi Boson, Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM; Jadir Silva de Oliveira - Associação Mineira de
65 Silvicultura; Wagner Soares Costa, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; José
66 Nadilson Ferreira de Siqueira - Tambaú Indústria Alimentícia LTDA; Carlos Alberto Santos Oliveira - Federação
67 da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - FAEMG; Ana Paula Farias Castro, Irrigante - Pessoa Física; João
68 Batista Araújo Silva, Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó; José Bonifácio Valgueiro
69 de Carvalho, Distrito de Irrigação do Projeto Cotinguiba/Pindoba; Israel Barreto Cardoso, Associação dos
70 Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Luciano Souza Ribeiro, Cooperativa dos
71 Piscicultores do Alto e Médio São Francisco; José Maciel Nunes de Oliveira, Federação dos Pescadores do
72 Estado de Alagoas - FEPEAL; Norberto Antônio dos Santos, Instituto Opará; Marcus Vinicius Polignano,
73 Instituto Guaicuy; Anivaldo de Miranda Pinto, Fórum de Defesa Ambiental - FDA; Carlos Eduardo Ribeiro Júnior,
74 Canoa de Tolda - Sociedade Sócio Ambiental do Baixo São Francisco; Wilson José da Silva, Consórcio e
75 Associações de Municípios do Lago de Três Marias - COMLAGO; Marcelo Oliveira Latuf, Universidade Federal
76 da Bahia - UFBA; Avani Terezinha Gonçalves Torres, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE;
77 Cláudio Pereira da Silva, Comunidade Quilombola Lagoa das Piranhas; Luciano de Sousa Lino, Prefeitura
78 Municipal de Pompéu; Demóstenes da Silva Nunes Júnior, Prefeitura Municipal de São Desidério; Antônio
79 Valadares de Souza Filho, Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira; Antônio Jackson Borges Lima,
80 Prefeitura Municipal de Traipu; Renata Maria Araújo, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
81 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Luís Napoleão Casado Arnaud Neto, Secretaria de Meio
82 Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas; João Ricardo Raiser, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos
83 Hídricos de Goiás; José Luiz de Souza, Ministério da Integração Nacional - MI; Renato Dalla Lana, Ministério de
84 Minas e Energia - MME; Elisa Monteiro Malafaia, Ministério do Planejamento - MP; Daniel de Oliveira Piza,
85 Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Artemízio Cardoso de Resende, Conselho Regional de Engenharia,
86 Arquitetura e Agronomia - CREA; **Participaram os seguintes membros suplentes:** Eduardo Luiz Rigotto,
87 Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - Distrito Baixo Rio das Velhas; Reginaldo Lopes da
88 Silva, Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia
89 do São Pedro; José Cisino Menezes Lopes, Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA; Evaldo
90 Soares Silveira, Associação de Pescadores do Povoado Saúde-santa do São Francisco; Valéria Almeida Lopes
91 de Faria, Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica; Lessandro Gabriel da
92 Costa, Associação Ambientalista do Alto São Francisco - ASF; Johann Gnadlinger, Instituto Regional da
93 Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA; Lucivane Lamounier Faria, Fundação Educacional Vale do São
94 Francisco - FEVASF; Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
95 Ambiental - ABES/AL; Jane Tereza Vieira da Fonseca, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Francisco
96 Carlos Santos de Assis, Povo Tuxá; Pedro de Araújo Lessa, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
97 de Sergipe - SEMARH/SE; Luciano de Sousa Lino, Prefeitura Municipal de Pompéu; Maria Amélia Mattos Lins,
98 Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - INEMA; José Roberto Valois Lobo, Superintendência
99 de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas; Patrícia Walls e Silva, Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.
100 **Participaram os seguintes convidados:** Antônio Calazans, Ministério do Meio Ambiente - SRHU/MMA;
101 Antenor Aguiar Neto, Universidade Federal de Sergipe - UFS; Almacks Luiz Silva, CBH Salitre; Luiz Alberto
102 Dourado CTIL/CBHSF; Hannah Oliveira, Instituto Federal de Sergipe - IFES; Edson M. Neto - UFS/IFS; Dirlen
103 Vasconcelos Nascimento - IFAL; Luziene Seixas dos Santos - IFAH; Sílvia C. Formoso, SFFPA/SE; Albino Leval
104 - AMA/CHESF; Sonali Cavalcanti Oliveira - CHESF/DORH; Antônio Carlos dos Santos; Josué Lúcio dos Santos
105 - FEPEAL; Sônia Maria dos Santos - MMC/MMM-SE; Rosilene Souza Alves, Secretaria de Meio
106 Ambiente/Piaçabuçu; Suellen Góes Sales - AGBPV/CCR Baixo; Edmilson Feitosa da Silva - UFAL; Dourinaldo
107 F. dos Santos - UFAL; José Marcos Santos - EPESE; Evaldo S. Lisboa - CZ22; Luciano Barroso Lucena, João
108 Paulo L. - APAC/PE; Paulo Eduardo Gomes Martins; Antônio Gomes dos Santos; Idalmir dos Santos; José
109 George Silva - INEMA/Bahia; Raymundo Rego; Maria Carolina da Motta - CHESF/Recife; Lauzane Leão
110 Ferreira - IPHAN/SE; Lucas de Melo Avelino Pinto - UFAL; Gilson dos Santos Oliveira; Felipe Barbosa - MMA;
111 Fábio Abreu - MMA; Victor Sucupira - ANA; Herlen Lima; Douglas Falcão - CHESF; Henrique Alexandre Pozzi -

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

112 IPHAN/AL; Luiz Francisco Palmeira - SEMARH; Beatriz Barcelos - SRHU/MMA; Íris Freitas - SRHU/MMA;
113 Adalcira Santos Bezerra - SRHU/MMA; Tatiana dos Santos Ribeiro - UFAL; Izaías Lima Mendes - IFAL; Andreia
114 Batista dos Santos - UFAL; Jayne Lemos - UFAL; José Maurício Moreira - FUNARTE/MINC; Érika Oliveira de
115 Almeida - UFAL; Sílvia Freedman Ruas Duraes - CBHSF4; Benalva dos Santos - MEFUC; Evaldo dos Santos;
116 Maria Betânia Francisca de Barros - AGBPV; Edivânia Alves da Silva; Mário Melo dos Santos Júnior; Alfredo
117 Fagundes; Daiane Fausto dos Santos; Jackson Lins da Silva; Eline Monteiro Calazans; Kelle Andrade do
118 Carmo; Maria Domênica D. F.; Angelússia Carreiras Bispo; Fabiana Vicente Santos - UFAL; Wellyson Magalhaes
119 Souza - UFAL; Daniel Valadares; Laize Santos Davi - UFAL; Zara Cyntia dos Santos - UFAL; Juliana Moraes
120 Santos - UFAL; Siomara G. Gomes - SRHU/MMA; Ricardo Costa de Oliveira; Tarcísio Nunes - MMA/Secex;
121 Alberto Fonseca, José Alencar - MMA; Salustiano Marques - Ibama/SE, Alberto Simon - AGBPV; Sônia Maria
122 dos Santos, MMC/MMM/SE; Josué Lúcio dos Santos - FEPEAL; Rafael Medeiros; Jácome Freire de Souza;
123 Gildete de Souza Bezerra - UFAL; Erivânia Avelino V. Santos - UFAL; Dayara W. Mendes - UFAL; Maria
124 Auxiliadora dos Santos MMTRP/AL; Patrícia Carneiro, SEPAQ/AL; Suzana Alice Silva Pereira, CDLJ, Luiz
125 Carlos Galindo, Câmara Setorial Aquicultura; Jeanne Pita de Oliveira; Semarh/AL; Edison Ribeiro Santos;
126 Sema/BA; Alex Gama; GAMA Engenharia; Célia M^a Brandão Froes - AGBPV; Elias da Silva; COB-PAJEÚ;
127 Larissa Rosa - SRHU/MMA; Luciana Deotti Rodrigues - AGBPV; Ana Cristina da Silveira - AGBPV; Juliana
128 Sheila Araújo - AGBPV. O Sr. José Maciel, secretário do CBHSF inicia a reunião com a leitura e aprovação das
129 atas, solicitando aos membros apenas destaques na Ata da XXI Plenária ordinária. Após discussões e
130 melhorias na redação a ata da Plenária de Bom Jesus da Lapa foi aprovada. O Sr. Júlio Mota sugere que a Ata
131 da reunião aprovada tenha mais informações sobre sua aprovação como destacar em qual Plenária foi
132 aprovada e que sejam excluídas as linhas em branco ao final da mesma em que os nomes do presidente e
133 secretário fiquem lado a lado. A ata da XXI Plenária Ordinária realizada em Belo Horizonte, após considerações
134 e correções de redação foi aprovada. A Sra. Sonali Cavalcanti sugere que após aprovação da ata que a mesma
135 seja encaminhada aos membros. O secretário do comitê informa que todo o material será encaminhado aos
136 membros por e-mail. Sugere conforme proposta de Júlio Motta que no final da reunião tenha-se uma moção
137 endereçada ao Ministério do Meio Ambiente para que seja finalize o Zoneamento Ecológico da Bacia do Rio
138 São Francisco já que eles só fizeram a primeira parte que foi o diagnóstico. Na sequência, José Maciel passa
139 para a Ata da XI Plenária Extraordinária realizada em Brasília referente a eleição do presidente, após a
140 visualização foi aprovada sem considerações. Passando para o próximo item de pauta, informes da DIREX, o
141 Presidente expõe que o comitê ficou sem direção durante um período, em que houve um acúmulo de
142 pendências administrativas e externas, mas que já está em pleno funcionamento, com visitas as entidades
143 governamentais, entre elas a Agência Nacional de Águas - ANA, alguns Secretários de Meio Ambiente dos
144 Estados que pertence a Bacia, a CODEVASF, entre outros. Esclarece que foram feitas ações de articulação
145 com a comunidade quilombola e com os povos indígenas, comunidades tradicionais e pescadores. Esclarece
146 ainda que está retomando a política de comunicação, principalmente o site e os meios de comunicações, tais
147 como, boletins, facebook, entre outros. Não se esquecendo de focar nas matérias que fazem o comitê
148 caminhar, como o Plano de Aplicação, que será tema desta reunião, o Regimento Interno que ficará para março
149 de 2013 e que todos podem dar contribuições até o dia 15 de dezembro 2012 para que a CTIL trabalhe em
150 janeiro sobre o tema. O secretário, José Maciel, reforça o compromisso da nova diretoria e que trabalham em
151 um sistema de revezamento para atenderem a todas as reuniões sejam elas de CCRs, GA, ou visitas de
152 trabalho, graças ao perfil do Anivaldo como presidente. Em tempo, Anivaldo Miranda informa que em poucas
153 horas na Plenária Extraordinária teremos um substituto do vice-presidente e sugere que seja feita uma moção
154 simbólica de agradecimento a Edite pelo trabalho realizado, sendo aprovado por todos. Na sequência, José
155 Maciel convida os secretários de recursos hídricos presentes para expor brevemente sobre os projetos de cada
156 Estado. O Sr. Napoleão Casado do estado de Alagoas relata sobre o Programa Água Doce, Programa Água
157 para Todos, Programa de Proteção da APA da Marituba no Baixo São Francisco e o Programa de Recuperação
158 de Nascentes. O Sr. Pedro Lessa faz uma apresentação do estado de Sergipe em que o governo realizou um
159 prognóstico da Bacia com a previsão de mais de 220 ações em toda a bacia, a ampliação e melhoria no
160 abastecimento de água do sertão, apresentação do atlas digital hídrico e ainda a implementação de 13
161 estações meteorológicas em parceria com a ANA. Outra ação do estado é o monitoramento da água com
162 instalação de hidrometria na entrada de água, sendo o primeiro passo para a aplicação de outorga no estado.
163 Para finalizar informou que iniciou a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Curitiba,
164 Jacaré e Jaica. No Estado da Bahia o representante, Sr. Edison Ribeiro, apresentou o andamento do plano de
165 recursos hídricos do Salitre, Rio Grande e Corrente. Em parceria com o Banco Mundial está finalizando o TR
166 para a Bacia do Verde e Jacaré e dos afluentes do Lago de Sobradinho, além da Bacia do Paramirim e Santo
167 Onofre. Outras ações realizadas são as regularizações das unidades de conservação sendo elas, as Dunas de

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

168 Veneza do São Francisco, Rio Preto e Rio de Janeiro. Passando a palavra à representante do Estado de Minas
169 Gerais, a Sra. Renata Araújo, contextualiza que o sistema estadual de meio ambiente e recursos hídricos é
170 integrado com IGAM, IEF e FEAM, e como em Minas o sistema é bem diversificado a mesma focou na Bacia do
171 Rio São Francisco, em específico nos afluentes apontando ações na Bacia do Rio das Velhas e o
172 acompanhamento da melhoria da qualidade das águas do rio, sendo elas a implantação e operação de pontos
173 de biomonitoramento e mapeamento dos usos dos solos. Existem também atividades relacionadas ao Projeto
174 Águas de Minas que também visa à melhoria da qualidade ambiental da Bacia. Através de recursos da
175 CODEVASF o Estado ainda está com a previsão de estudos de mapeamento da cobertura do solo do Alto São
176 Francisco e Sub-bacias do Rio das Velhas, Verde Grande, Riachão e Jequitaiá, além de criação de um sistema
177 de alerta de eventos críticos. Além disso, estão sendo realizados estudos para fins de desenvolver uma
178 metodologia de avaliação da qualidade ecológica de ambientes aquáticos com vistas a subsidiar na gestão dos
179 recursos hídricos. Foram também mencionados o Pró Água Nacional, abrangendo os municípios de Janaúba,
180 Janaúria, Mato Verde, Rio Pardo de Minas e Programa Água Doce. Na sequência, José Maciel anuncia ao
181 Plenário o novo representante do Estado de Goiás, Sr. João Ricardo Raiser, que se identificou agradecendo a
182 todos. Passando para o próximo item, o secretário do CBHSF, informa a necessidade de uma deliberação que
183 elege o coordenador da CCR Alto São Francisco, que de acordo com o Regimento Interno os coordenadores
184 das CCR devem ser eleitos pelas suas câmaras e homologados no Plenário, foi apresentada a deliberação.
185 Houve a explanação sobre os motivos pelo qual o coordenador atual não poder mais estar no cargo e ainda
186 mediante a intervenção da ANA pelo fechamento da sede de Pirapora - MG. O presidente do CBHSF diz que o
187 foco são as ações da coordenadora do Alto, que foi realizada uma diligência que aponta irregularidades de
188 gestão através de um relatório para então ter a destituição da mesma e a eleição do de um novo coordenador
189 que é o Sr. Márcio Tadeu Pedrosa. Sendo assim posto em votação foi aprovado. Na sequência, Anivaldo
190 Miranda informa que a ANA tem feito intervenções não tão somente no que refere-se a CCR Alto São
191 Francisco, mas também no que refere-se a AGB Peixe Vivo que recebeu em 22 de novembro, um comunicado
192 interno da auditoria que da ANA sobre o uso dos recursos arrecadados pela cobrança, em que os 7,5% dos
193 recursos são para custeio administrativo e custeio dos órgãos e entidades integrantes do sistema e o restante
194 92,5% para serem investidos na bacia. No entanto a lei é ambígua no que se refere ao uso do recurso, e a ANA
195 agora tem o entendimento que as ações do comitê são consideradas custeio administrativo, o que impede a
196 própria condição do trabalho. Solicita que a Diretora Geral da AGB Peixe Vivo, Sra. Célia Fróes preste os
197 esclarecimentos necessários sobre a situação. Esta explica que as outras agências delegatárias, bem como a
198 AGB Peixe Vivo, interpretam que os 7,5% da cobrança seja utilizado para custeio administrativo da entidade
199 delegatária e dentro dos 92,5% exista a previsão da despesa de investimento para fazer a gestão do Comitê,
200 algo praticado desde 2003 pela AGEVAP, Agência de Bacia do Rio Paraíba do Sul. Ou seja, o trabalho do
201 comitê é interpretado como investimento, sendo inclusive aprovadas desde 2010 as prestações de contas do
202 recurso desta forma. Agora após a avaliação das contas do primeiro semestre a agência recebeu um
203 documento colocando esta questão e foi emitido um ofício resposta contrapondo com o conceito que as
204 atividades do comitê são investimento, que não foi acatado pela ANA, solicitando ainda que toda despesa com
205 comitê seja colocada nos 7,5%. Na apresentação, Célia Fróes, aponta a previsão de arrecadação e as
206 despesas que os custos da agência e do comitê. Com a palavra, Anivaldo Miranda diz que é um assunto
207 delicado, pois em reunião com o presidente da ANA, percebe-se que este entendimento é muito próprio da
208 pessoa dele. O Comitê pode emitir opinião, sugerir redução de gastos sobre a situação. O comitê é o cliente e
209 tem sua agência de bacia como secretaria executiva para operar e executar o recurso, juntamente com as
210 ações do comitê que não vão paralisar seus trabalhos por isto, pois as ações do comitê são as reuniões, as
211 visitas técnicas, os estudos, entre outras atividades que são investimentos na bacia que trazem benefícios e
212 decisões do que é melhor para a Bacia. Reforça que este tema foi introduzido na Plenária para que saibam
213 como o recurso esta sendo tratado e que a Lei precisa ser clara, informando que todos os comitês precisam se
214 reunir para avaliar o que fazer com o recurso. Considerando que estamos às vésperas de aprovação do nosso
215 Plano de Aplicação Plurianual, pois tem seis meses que o comitê trabalha neste documento e chega no dia 22
216 de novembro um entendimento que pode prejudicar a discussão do PAP. Sendo assim o presidente solicita que
217 o Sr. Victor Sucupira, representante da ANA, preste esclarecimentos sobre a questão. O mesmo diz que a
218 Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos - SAG tem o entendimento que os 7,5% é recurso
219 de custeio da agência e não se mistura com o recurso de custeio do comitê, em função da finalidade do gasto
220 administrativo, e ainda os recursos de custeio dos anos anteriores podem ser utilizados para os anos futuros,
221 não viram investimento. Diz que é a informação que pode dar, pois esta questão do recurso deve ser discutida
222 mais de perto com os outros comitês em conjunto com a ANA, para chegar em um posicionamento ideal para
223 todos. Esclarece ainda que o posicionamento do comitê está sendo discutido na sua superintendência e que o

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

224 mesmo compartilha desta opinião que está sendo dita nesta reunião. Com a palavra, o Sr. Roberto Lobo sugere
225 que seja formatado um documento para solicitar ao Tribunal de Contas da União um posicionamento final sobre
226 a questão. Com a palavra, o Sr. Marcus Polignano diz que em Minas Gerais eles tiveram o mesmo
227 posicionamento no que se refere aos recursos advindos da cobrança pelo uso da água, e que o problema vem
228 da própria lei e que ela deve ser rediscutida com proposição de mudanças, pois este impasse inviabiliza a AGB
229 Peixe Vivo e o Comitê de avançar. A Sra. Patrícia Boson faz uma proposição de encaminhamento de pedir ao
230 Conselho Nacional de Recursos Hídricos de elaborarem uma Resolução dizendo o que é custeio de entidades
231 que fazem parte do sistema. Em seguida a Sra. Ana Catarina dá sua contribuição baseada na Deliberação
232 Normativa nº 43/2009, no item 4.1, que define o recurso para o funcionamento da agência, com o respaldo da
233 própria ANA, determinando que o valor do recurso da cobrança para o custeio da entidade equiparada é de
234 7,5%, sendo que o comitê deliberou desta forma. Ou seja, é questão de leitura, todos tinham ciência do que
235 seria realizado desta forma. Outra questão é a que se refere ao Contrato de Gestão, a questão do presidente
236 da ANA são os salários dos dirigentes das Agências, e no ato do contrato deveriam ter determinado o valor dos
237 custeios e para qual finalidade, algo que em nenhum dos aditivos dos contratos estão escritos. Não houve
238 nenhuma resolução sobre o assunto do custeio. Então, entende que a ANA não pode, neste momento,
239 contrapor com que está determinado e a forma de execução do recurso. Caso houvesse uma determinação
240 anterior que estivesse sido imposta antes, principalmente no que se refere aos salários de dirigentes, deveriam
241 estar no contrato e não cabe ao comitê fazer reflexões sobre tal. Sugere a elaboração de uma nota técnica para
242 respaldar o que foi decidido anteriormente e não colocar o comitê para decidir, e encaminhar ao Conselho
243 Nacional, com apoio de membros promotores e assessores jurídicos para tal ação. Na oportunidade, Cisino, diz
244 que está rodando um projeto de alteração da Lei nº 9.433/2007 na Câmara dos Deputados, principalmente
245 discutindo sobre os recursos da cobrança, que o Comitê pode aproveitar deste documento para levar a
246 discussão mais adiante. Na sequência, Anivaldo Miranda diz que mediante a situação propõe dois
247 encaminhamentos sobre a situação do recurso: primeiro que em setenta e duas horas a agência acione o
248 assessor jurídico para fins de interpretação do Ofício e elabore uma resposta ao procurador e ao próprio auditor
249 da ANA para reavaliar a situação e em um segundo momento procurar os outros comitês federais e em terceiro
250 pedir um audiência pública com a Ministra. Com a palavra, Victor Sucupira, diz que a situação pode ser
251 resolvida internamente, com reuniões com o Presidente da ANA, e os demais comitês federais, ao invés de ir a
252 Ministra, pois existe espaço para isto e não paralisa a agência. Sendo assim e após discussões o Plenário
253 decidiu que o Comitê irá agendar uma reunião com a ANA para abrir o diálogo para solucionar a situação e que
254 em setenta e duas horas o jurídico se pronuncie para fazer os encaminhamentos necessários. Caso não se
255 resolva, extraordinariamente deve-se acionar a Ministra. Foi dado um intervalo de almoço. Após o almoço, foi
256 solicitada a inversão de pauta para passar para as deliberações, passando para a Deliberação que instaura o
257 processo eleitoral simplificado para eleição do vice-presidente, José Maciel explica que segundo o Regimento
258 Interno é necessário convocar uma reunião extraordinária para cumprir o preenchimento da vaga que será
259 amanhã, por isto esta deliberação está no plenário para aprovação, após a leitura de minuta de deliberação e
260 ajustes indicados pelo plenário a mesma foi aprovada. Passando ao próximo item de pauta foi dada a palavra
261 ao Sr. Renato Ferreira do Ministério do Meio Ambiente - MMA para apresentar o Programa de Revitalização do
262 São Francisco que foi criado em 2004 no âmbito do MMA, em parceria com o Ministério da Integração Nacional
263 e outros quatorze Ministérios. Entre os principais parceiros, destacam-se a CODEVASF, a ANA, o IBAMA, o
264 ICMBio, a FUNASA, Universidades Federais e o CBHSF. Informa que foi incluído nos Planejamentos
265 Plurianuais do Governo Federal para os quadriênios seguintes 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, tendo
266 assim garantido os recursos para a implementação das ações. O programa trabalha com o princípio da política
267 descentralizada com o compromisso de articular com os entes parceiros e acompanhar o processo de
268 revitalização que vai além dos recursos hídricos, mas envolve a proteção de recursos naturais e sociais.
269 Passando para o próximo item de pauta referente a informações sobre o processo de renovação do
270 licenciamento de barragens/UHE, com a apresentação do IBAMA. Como o representante do IBAMA não estava
271 presente foi dada sequência à pauta. Passando para o próximo item - PAP 2013-2015, o presidente do CBHSF
272 explica a forma que o Plano de Aplicação foi construído, com três pilares: ações de planejamento, ações
273 estruturais e ações de gestão. Apresenta a proposição da CCR do Alto que foi a única que se reuniu para dar
274 contribuições e a mesma solicitou a inclusão de uma rubrica de biomonitoramento, pois é um instrumento
275 fundamental para avaliar a qualidade das águas, além de retirar a rubrica de drenagem urbana e ampliar a
276 rubrica para desenvolvimento e pesquisa. Após a apresentação foi sugerido pelos membros que fosse realizado
277 discussões de inserções de projetos que não foram inseridos na peça orçamentária que será avaliada por uma
278 comissão a noite e apresentada ao plenário amanhã para aprovação. Com a palavra, Patrícia Boson informa
279 que é contra o aumento da rubrica de desenvolvimento e pesquisa, pois ela pertence ao CTHidro que fez uma

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

280 devolução de mais de cinco milhões de reais, por falta de projetos em pesquisa, pois é um recurso específico
281 para comitês de bacia hidrográfica. Outra sugestão é tirar recurso dos dez milhões de projeto da DIREC, e
282 colocar em Biomonitoramento. No que refere-se a drenagem urbana acredita ser importantíssima para fazer o
283 caminhamento correto das águas das chuvas. Júlio Mota propõe criar indicadores para os projetos. Na
284 sequência, Roberto Lobo pergunta como serão conduzidos os projetos de drenagem urbana e de saneamento
285 ambiental que tem que andar juntos, caso o plenário opte em tirar deverá retirar tudo, pois um não existe sem o
286 outro. No que se refere a Fiscalização Preventiva Integrada - FPI deve ser repensado, pois muitos estados
287 precisam deste recurso para projetos de fiscalização e vigilância da legislação. Marcelo Latuf sugere a inclusão
288 do CRAD para fins de obter uma melhor revitalização. Anivaldo Miranda informa que houve algumas sugestões:
289 a exclusão da drenagem urbana, a inclusão do biomonitoramento no valor de um milhão e meio, e aumentar o
290 recurso para pesquisa. Foi aprovado manter a rubrica de drenagem com a proposta de capacitação dos
291 municípios, incluir o biomonitoramento no valor de cem mil reais, como ponto de partida e tirando de projetos
292 especiais. No que refere-se a pesquisa e o CRAD será de cem mil reais e deverá manter o valor e caso tenha
293 alguma relevância nos projetos a serem apresentados ao CBHSF, poderá ser viabilizado no futuro, ou seja,
294 abre-se a janela. No que se refere à rubrica do FPI deve ser alocado um milhão e meio, pois o CBHSF deve
295 fazer parte deste trabalho e apoiar os órgãos estaduais. O presidente do comitê informou que anualmente será
296 feitas considerações e ajustes no PAP, e conforme evolução será realocado o recurso para onde for necessário.
297 Na oportunidade, José Cisino diz que é contra o apoio ao FPI, porque no oeste da Bahia a fiscalização é muito
298 impactante e contra o produtor. Posto em votação a rubrica foi mantida inclusive em valor com dezoito votos a
299 favor, três contra, e quatro abstenções. Passando para a leitura da deliberação, foi sugerido que os resultados
300 das reuniões cheguem aos membros para fins de auxiliar na decisão final. E ainda, que o comitê esteja ciente
301 que o que está sendo aprovado pode ser impactado conforme as decisões do que é 7,5% e 92,5%. Após a
302 leitura, o PAP 2013-2015 foi aprovado, com as alterações do Plenário e uma abstenção. A plenária foi
303 suspensa em função do horário e será dada a sequência no dia seguinte. Dando continuidade a Plenária, na
304 manhã do dia 29 de novembro de 2013, foi feito esclarecimento sobre o não comparecimento do IBAMA para
305 falar sobre o licenciamento de barragens, sendo assim, o Comitê tem que tomar uma posição. Após discussões
306 foi decidido que o comitê irá encaminhar ao IBAMA o posicionamento em apoio à criação da APA da Foz e
307 solicitar que o IBAMA inclua este posicionamento ao Comitê. Outro encaminhamento, é a instauração no âmbito
308 do comitê, de um processo administrativo para tratar do assunto e ainda solicitar a Comissão de Meio Ambiente
309 e a Câmara dos Deputados para fazer uma reunião extraordinária. Encerrado o assunto, Cláudio Pereira solicita
310 que as Câmaras Consultivas Regionais tenham um espaço físico para poder exercer seu trabalho, na
311 localidade que o coordenador mora, pois a sede de Barreiras que foi definida, está distante para exercer as
312 funções. O encaminhamento é que seja feita uma deliberação para tal situação. Após discussão, foi definido
313 que poderá ser discutido em uma próxima reunião plenária, mas somente após a solução no que se refere ao
314 custeio administrativo. Passando para o próximo item de pauta, foi aberta a discussão sobre a Deliberação que
315 dispõe sobre os mecanismos para a seleção de projetos a serem beneficiados com os recursos da cobrança
316 pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução de 2013
317 a 2015, que após discussões foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi solicitada a apresentação sobre
318 renovação das concessões das hidrelétricas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, que também não
319 compareceu, neste sentido o Presidente do Comitê, informou que a DIREC irá solicitar audiência pública junto
320 ao MME e junto ao IBAMA, conforme já mencionado anteriormente, pois é uma obrigação dos órgãos prestarem
321 contas dos processos. O secretário do CBHSF solicita ao plenário a avaliação da retirada de pauta da
322 Deliberação que aprova normas de funcionamento da CTPPP, que segundo a recomendação da CTIL é
323 interessante retirar em função do processo de alteração do Regimento Interno, que após a alteração do
324 Regimento a CTIL poderá fazer uma minuta para cada Câmara Técnica. Outro pedido é que também seja
325 retirada de pauta a deliberação dos usos múltiplos, a CTIL sugeriu a retirada de pauta, pois não cabe ao Comitê
326 decidir sobre esse assunto, o formato da Deliberação deve ser revisto para melhorar a redação. Sendo assim,
327 após discussões, foi posta em votação e aprovada a retirada de pauta. Na sequência, Alberto Simon, Diretor
328 Técnico da AGB Peixe Vivo faz a prestação de contas sobre o andamento dos projetos. Fala dos vinte e dois
329 projetos que foram aprovados na Plenária de Bom Jesus da Lapa e justifica os critérios de classificação da
330 hierarquização dos projetos. Após a apresentação foram feitas diversas perguntas, que foram prontamente
331 respondidas. Passando para o próximo item de pauta, José Maciel passa a palavra para Malu Follador,
332 representante da empresa CDLJ Publicidade, vencedora do processo licitatório, para apresentação do Plano de
333 Comunicação. Presta esclarecimentos sobre o objeto da consultoria, difusão das informações e ações do
334 comitê na escala local, regional e nacional, com o detalhamento dos produtos a serem entregues e a forma de
335 atuação. Após as apresentações voltaram a pauta com as deliberações, iniciando pela Deliberação que aprova

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

336 o Plano de Trabalho do Comitê do São Francisco para 2013, com a inserção das reuniões das Câmaras
337 Técnicas e das CCR. A deliberação foi aprovada com ajustes e adequações das datas pela DIREC. Passando
338 para o próximo item, minuta de Deliberação Prodes, que foi explicada por Anivaldo Miranda, mas considerando
339 a recomendação da CTIL para retirada de pauta para que a mesma seja melhorada. Neste sentido, esta
340 deliberação foi retirada da pauta. Passando para a Deliberação dos Planos de Saneamento, após
341 considerações dos membros do plenário, Victor Sucupira sugere que seja feito uma manifestação de interesse
342 de chamamento público. A prefeitura interessada encaminha este documento e a AGB Peixe Vivo abre o
343 processo licitatório. Com a palavra Júlio Mota sugere a definição de critérios para selecionar essas
344 manifestações de interesse dos municípios e propor a CODEVASF que ela financie todos os municípios da
345 bacia que ainda não tem recursos para fazer os seus planos de saneamento básico como parte do plano de
346 revitalização da bacia do São Francisco. Elisa Malafai fala que no PAP há rubrica para tal, que primeiro deve-
347 se utilizar os recursos do comitê. Após discussões dos membros, colocam em votação duas propostas: que se
348 aprove a recomendação, através de moção, de solicitação a CODEVASF e a outra que primeiro se gaste o
349 recurso do comitê para tal matéria descrita no PAP. Primeira proposta aprovada com 19 votos a favor, 5
350 contrários e 2 abstenções. Redação será elaborada por Júlio Mota, Demóstenes Júnior e José Maciel. Dando
351 sequência a reunião, passa-se para o próximo ponto da pauta sobre a Deliberação dos limites geográficos do
352 Baixo São Francisco. Carlos Eduardo faz a apresentação informando que a ANA, MMA e outras instituições
353 consideram a divisão do baixo São Francisco em lugares diferentes, o que inviabiliza uma série de ações e até
354 mesmo políticas públicas para região. Fala que é apenas uma reafirmação do que já tinha sido posto
355 anteriormente no plano. Após a leitura da minuta de Deliberação, os membros do plenário discutiram muito a
356 respeito, neste sentido solicitou que uma comissão se formasse com representante de cada CCR e que
357 melhorem a redação da mesma para ser apresentada mais tarde. Passou-se então a palavra para o Sr. Luiz
358 Dourado para apresentar uma moção a ser encaminhada a Secretaria de Meio Ambiente da Bahia - SEMA e ao
359 Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia - INEMA pela indefinição da nova poligonal do Parque
360 Estadual Morro do Chapéu. O mesmo faz uma explanação sobre a situação instalada. Questiona a instalação
361 de torres na área do parque. Fala que foram propostos três vieses de interesses integrados: monumentalização
362 do parque (monumento natural), o resgate turístico e a geração de energia eólica, mas não houve retorno. Faz
363 críticas ao INEMA e SEMA. Solicita a interveniência deste colegiado face às implicações relacionadas com o
364 comitê. O presidente do CBHSF resume a demanda que é definir o polígono do Parque Estadual do Morro do
365 Chapéu e sua imediata monumentalização. Na sequência passa a palavra para o Sr. Edison Ribeiro,
366 representante do Estado da Bahia, que informa que este processo está em curso e que já foram contratados
367 estudos de redefinição da poligonal do parque. Estes estudos serão concluídos entre o dia 3 a 10 onde será
368 comemorado dez anos da SEMA e será encaminhado à Assembleia a nova poligonal para ser votada. Fala que
369 na região tem conflitos e solicita ao comitê, em nome do governo da Bahia o total apoio nesse processo de
370 redefinição da nova poligonal. Registra que INEMA não licenciou torres de aferição, nem parque eólico ainda
371 nessa área, porque ainda será definida a poligonal. O presidente do CBHSF fala que a DIREC ficará
372 encarregada de encaminhar ofício afirmando que em nome desta Plenária que o CBHSF recepciona
373 inteiramente essa reivindicação da associação e do comitê do Salitre no sentido que o governo acelere a
374 apresentação do projeto e outro encaminhado ao presidente da Assembleia que faça esforços para aprovar
375 essa demanda. Na oportunidade, Júlio Mota diz que não concorda com as duras críticas ao INEMA. O Sr.
376 Anivaldo Miranda diz que o comitê deve se ater a demanda concreta que é delimitar o polígono.
377 Encaminhamento aprovado. Na sequência, faz a leitura da Moção que parabeniza o Ministro Aroldo Cedraz
378 pelo parecer que elaborou em relação à análise crítica do desempenho do Programa de Revitalização da Bacia
379 Hidrográfica do rio São Francisco e os Ministros do Tribunal de Contas da União, por aprovarem todas as
380 recomendações feitas ao MMA e MI para imediata integração do CBHSF no Conselho Gestor do Programa de
381 Revitalização. Moção aprovada. Em seguida retoma a Deliberação sobre os limites geográficos das regiões
382 hidrográficas do São Francisco que teve sua redação melhorada. Faz a leitura da mesma. Deliberação
383 aprovada com o acréscimo do mapa constante no Plano Decenal. Para fechar a Plenária Ordinária, Anivaldo
384 Miranda informa que entrou em contato com o Diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, para expor a
385 questão dos 7,5% e 92,5% e falar que o Plenário estava apreensivo, pois houve uma forte discussão para a
386 aprovação do PAP e o comitê recebeu uma nota da auditoria que estabelece uma total insegurança jurídica.
387 Fala que gastos com reuniões das CCR, viagens da DIREC, mobilização para articulação de reuniões não
388 devem ser consideradas custeio administrativo. O presidente da ANA disse que entende que deve ser
389 considerado custeio administrativo. Anivaldo Miranda disse ainda que do jeito que está as atividades serão
390 paralisadas, o acordo que tinham feito era que a ANA criaria um grupo de trabalho que vai analisar o
391 desempenho da agência, formatar melhor os 7,5%. Conversou também com Ivarlindo Luna, auditor da ANA e

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

392 disse que eles devem dialogar com as agências de bacia e decidir como as coisas irão caminhar. Deve haver
393 também a interlocução entre o CBHSF e a ANA para conceituar o que é custeio administrativo e o que é
394 investimento para a bacia. Após argumentações e explanações, Anivaldo Miranda disse que aceitaram as
395 seguintes premissas: o canal administrativo da AGB Peixe Vivo com a ANA, o canal institucional com os
396 comitês e que até janeiro haja esse entendimento com a AGB Peixe Vivo. Após este relato encerra a XXII
397 Plenária Ordinária do CBHSF e a dedica ao Toinho Pescador e declara aberta a XII Plenária Extraordinária do
398 Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Convida o Sr. Roberto Lobo para a mesa, este solicita o
399 apoio do secretário do comitê, José Maciel. Informa que conforme deliberação aprovada a pouco fica instaurado
400 o processo eleitoral simplificado para o preenchimento da vaga de vice-presidente do Comitê. O Sr. Roberto
401 Lobo, coordenador da CTAI - Câmara Técnica de Articulação Institucional, faz a leitura da deliberação. Informa
402 que recebeu duas manifestações de interesse. Lê a primeira manifestação do Sr. Wagner Soares Costa,
403 representante do segmento usuário, indústria pela FIEMG, diz que este renunciou o cargo de presidente do
404 Conselho Fiscal da AGB Peixe Vivo para concorrer a vice-presidência do CBHSF. Faz a leitura da renúncia
405 encaminhada à AGB Peixe Vivo. Lê a segunda manifestação da Sra. Avani Terezinha Gonçalves Torres
406 representante da sociedade civil pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Constatado o quórum, o
407 coordenador da CTAI passa a palavra para Patrícia Boson que apresenta a candidatura do Wagner Soares. Diz
408 que mais de noventa por cento dos comitês, refletem na sua diretoria a composição do plenário. Ou seja, é um
409 membro da sociedade civil, um membro do setor público e um do setor usuário. Fala também da questão
410 regional, dá o exemplo do Comitê do Doce, em que no Regimento Interno descreve um rodízio para que
411 sempre as representações do plenário se reflitam, na diretoria. Coloca o nome do Wagner, pois é a pessoa que
412 mais acompanha o comitê, uma pessoa que respeita todos os segmentos. O CBHSF deve mostrar que a
413 diretoria deva refletir a composição do plenário. Na sequência, o Sr. Francisco de Assis - Dipeta, pronuncia
414 suas palavras para defender a candidatura da Sra. Avani Torres. Fala que a candidata é atuante no sistema
415 com capacidade de representar o presidente quando este não puder, também sem regionalismos. Em seguida,
416 Ana Catarina diz que sua opção pela Avani é por duas questões, a primeira pelo gênero feminino, a outra vem
417 pela emoção de uma situação enfrentada, pela Edite, a humilhação e o que desencadeou todo este processo
418 de doença dela, a partir da comunicação de um representante de uma região hidrográfica em uma plenária em
419 Brasília. O fato gerou nela uma terrível depressão, por isso faz sua opção pela Avani. Diz que a Edite foi tirada,
420 por uma região geográfica que hoje não pode apoiar. Não pode apoiar a candidatura do Wagner por conta da
421 posição tomada por uma pessoa do Alto São Francisco. O Sr. Marcus Vinícius Polignano pede a palavra para
422 falar que não gostaria que esta eleição fosse um veredicto sobre Minas Gerais, diz que o que aconteceu diz
423 respeito a pessoas e não as instituições. O Alto não pode ser culpado por coisas que são de pessoas. Pede
424 respeito a possibilidade de convivência. Não pode se desqualificar uma pessoa por esta ser deste ou daquele
425 setor. O que tem que se ver é a história das pessoas dentro do comitê, defende o trabalho do Wagner Soares.
426 Termina dizendo que para preservação da plenária, que não se transforme o processo em um veredicto em
427 relação ao Alto São Francisco e a Minas Gerais, nem um veredicto em relação a um segmento. Roberto Lobo
428 passa a palavra para o Wagner Soares que fala que a candidatura dele foi posta pela oportunidade do
429 momento, primeiro sobre a questão dos 7,5% e 92,5%, uma questão delicada em que um usuário que
430 ocupasse em espaço na diretoria poderia mostrar a ANA e a sociedade que os segmentos estão unidos. Outra
431 questão é ser um mandado tampão, no sentido de uma contribuição de reordenamento e formação de
432 procedimentos. Diz que primeiro houve uma preocupação devido a ele ser membro do conselho fiscal da AGB
433 Peixe Vivo, a segunda preocupação foi que sentiu preconceito devido ao pertencimento do setor de usuário.
434 Lembra que a grande maioria dos associados da FIEMG são os pequenos usuários. E a terceira preocupação
435 foi a questão colocada pela Ana Catarina, que está na emoção contra Minas Gerais. Diz que nunca pactuou
436 com a pessoa que ela estava se referindo, neste sentido solicita a retirada da sua candidatura. Na sequência, a
437 Sra. Avani Torres se apresenta e fala que tem um trabalho com as comunidades, não só no âmbito da
438 pesquisa, mas também como formadora de opinião já que é professora da Universidade Federal. Fala sobre a
439 Universidade Federal Rural de Pernambuco e sobre sua atuação de observação crítica em relação aos comitês
440 de bacia. Diz da necessidade e de revitalização social dentro das CCR Submédio, Baixo e Médio para que as
441 comunidades sejam representadas. Fala da necessidade de capacitação das pessoas e que irá representar a
442 bacia como um todo, mas dada as desigualdades de amadurecimento em termos de capacitação pessoal -
443 principalmente das comunidades tradicionais, pescadores, quilombolas - em termos de chegar em uma plenária
444 e ter poder de argumentar com todos em um patamar mínimo de condições. Informa que se candidatou na
445 CTPPP para fazer um plano continuado de educação para os membros do comitê. Faz uma crítica ao processo
446 eleitoral que considera frágil. Diz que foi chamada pela CCR para representar nesse momento de fragilidade,
447 representa a Comunidade Civil, cadeira esta ocupada pela Edite. Com a palavra, o coordenador da CTAI fala

ATA DA XXII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA E XII REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS DE 27 A 29 DE NOVEMBRO DE 2012

448 que na resolução diz que em caso de candidato único, poderá se dar por aclamação, mas considera que deve
449 se contar as abstenções. Na sequência, Anivaldo Miranda fala que lamenta a retirada da candidatura do
450 Wagner, pois o processo de disputa é salutar e reitera que todos os segmentos são legítimos. Faz uma
451 explanação sobre o processo e se abstêm de seu voto, pois acredita que deve-se criar lideranças na bacia, não
452 preferindo ou preterindo Estados ou regiões. A contagem de abstenções foi dispensada, mas o Sr. Antônio
453 Valadares pede que registre sua abstenção. Diante do exposto, a Sra. Avani Teresinha Gonçalves Torres foi
454 empossada como Vice-presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Para encerrar a
455 reunião o plenário aprovou a cidade de Salvador/BA, para sediar a próxima Plenária Ordinária do CBHSF que
456 será realizada em agosto de 2013. A cidade de Brasília/DF irá sediar a próxima Plenária Extraordinária para as
457 alterações no Regimento Interno do Comitê. Nada mais havendo a declarar, lavrou-se a presente ata, que será
458 assinada pelo presidente eleito e pelo secretário, após aprovação da plenária. Anivaldo Miranda, Presidente do
459 CBHSF; José Maciel Nunes de Oliveira, Secretário do CBHSF. Ata de reunião aprovada na Plenária de
460 Salvador, realizada em 19/08/2013.